

Da parte ao todo, da “coisa” à relação do indivíduo que acumula conhecimentos à pessoa que partilha saberes

Carlos Rodrigues Brandão

Estar situado onde? em que lugar social?

Sempre se fala de algum lugar social. Sempre que você fala algo está situado em um lugar social (o seu lugar geográfico, de classe, de...), em um tempo cultural (a sua época, o seu tempo de vida, a sua vida cotidiana, o momento da história de que você participa, o ciclo de sua vida). Nunca se fala de um local situado fora do mundo da vida cotidiana. Estamos em um mesmo mundo e nos falamos, entre nós e outros, dele e de algum lugar situado nele. Este lugar pode ser Porto Alegre, Uberaba, Pirapora, Passo Fundo, São José dos Ausentes, Nova York, Havana ou Jerusalém. Mas pode ser também o lugar sociocultural do *mercado de bens*, o lugar sociocultural do *poder de estado* (ou de um *estado de poder*) ou o lugar sociocultural da *comunidade*.

E quando este falar-desde-um-lugar-social é um dizer de dentro de um “órgão público” (uma secretaria de educação, uma universidade federal, um IBAMA) , a escolha do sentido do *lugar de origem* (de que ponto de vista em falo quando pesquiso ou educo como um profissional da “rede pública de educação de Caxias do Sul”) e a escolha do sentido do *lugar de destino*? Ou seja, a relação crítica: em nome de quem, para quem como destinatário e a serviço de quem eu falo quando investigo uma realidade social como um educador do sistema oficial de educação do Rio Grande do Sul?

Lembro aqui três alternativas possíveis que se mesclam e se subdividem. Apresento-as de maneira sumária sem comentários, e abro caminho para o retorno de Boaventura de Souza Santos ao nosso diálogo.

Primeira alternativa: trabalhando em uma instituição do poder de estado (= serviço público) realizo minhas atividades profissionais, nas quais reconheço, ou não, um trabalho pedagógico e científico de teor também político, em nome deste *poder de estado*. Ele é o destinatário preferencial de minha atividade. Ela se dirige à qualificação e ao fortalecimento do próprio poder público, como um poder de estado, ou ao fortalecimento de uma opção político-partidária assumida e realizada através, também, do exercício de um trabalho profissional no setor público. Mesmo quando reconheço que a razão de ser de meu partido político de opção deva ser o serviço à sociedade civil e, de maneira mais motivada ainda, às classes populares, é ao próprio

partido, de maneira direta, aquele a quem dirijo o motivo e os resultados de meu trabalho.

Casos extremos desta opção podem ser o serviço preferencial ou exclusivo a um partido único associado ao poder de estado, ou a este próprio Estado, tal como aconteceu diversas vezes no passado e segue acontecendo em estados totalitários, teocráticos ou profanos.

Segunda alternativa: trabalhando em uma instituição do poder de estado, realizo as minhas atividades profissionais em nome do *mercado de bens e de serviços*. Independentemente de uma opção política definida, reconheço uma escolha ideológica destinatária de meu trabalho profissional. Acredito que o mercado do mundo dos negócios concentra hoje em dia o poder de decisões de que o poder público, em qualquer uma de suas esferas (federal, estadual e municipal) e em qualquer um dos seus planos (executivo, legislativo e judiciário) é um emissário. É este mundo do mercado quem deve ser melhorado através de pessoas melhor capacitadas para o exercício de atividades que o promovam, aperfeiçoem e fortaleçam.

Mesmo quando reconheço que o meu trabalho é destinado a pessoas, estudantes da rede pública de educação, ou não, acredito que minha opção de fala é o mercado de bens e de serviços. A ele as pessoas devem ser dirigidas e para ele elas devem ser educadas. O destino social do ser humano na sociedade globalizada não é outro senão o mercado.

Nota: acredito que as pessoas cuja opção é: trabalho para mim mesmo, para ganhar a vida e nada mais, para subir na vida, para meu próprio benefício, e assim por diante, realizam de maneira individualizada e extrema a opção do lugar social do mercado de bens e de serviços. Esta opção de um modo ou de outro realiza a dimensão mais individualizada da lógica do mundo dos negócios.

terceira alternativa : trabalhando em uma instituição do poder de estado, realizo as minhas atividades profissionais em nome de *comunidades* da sociedade civil. Em alguns casos a escolha do lugar de destino pode ser mais marcada: *comunidades de vida e cultura popular* e *movimentos populares*.

Alternativas combinadas quanto ao *lugar social de origem* e o *lugar social de destino* são sempre possíveis e é bastante provável que uma pesquisa feita a pessoal de educação da rede pública de Porto Alegre viesse a apontar isto com clareza. Seriam raras as opções do tipo: poder de estado + mercado de bens e serviços, a não ser quando ela quase se dissolve na segunda alternativa sugerida aqui. Esta é, no entanto e de maneira muito crescente, a escolha proclamada de boa das instituições particulares de educação no País. Um simples olhar aos documentos de propaganda – dos *outdoors* aos volantes de rua – deixa ver como a cada ano mais as universidades se anunciam com uma clara mensagem de *mercado* em um duplo sentido: a) elas são

instituições ágeis e modernas da educação realizada como um negócio entre outros num mundo onde o *mercado* é a norma e de pleno direito invade e domina os campos de práticas sociais até a pouco de responsabilidade do poder de estado: a educação, a saúde, a previdência social, a segurança pública, os transportes¹; b) elas se destinam a capacitar pessoas para o “sucesso na vida”, pensado e vivido como a realização da pessoa no mundo dos negócios através da educação.

Serão bastante mais frequentes as duas alternativas combinadas seguintes: poder de estado + comunidades civis-populares *versus* comunidades civis-populares + poder de estado. A sutil diferença entre elas está em que na primeira alternativa a destinação do trabalho de educação e pesquisa à comunidade serve a aproxima-las da submissão política (vocação perversa) ou da participação cidadã na partilha do poder de estado, como lugar social de realização da vocação democrática de presença na vida social. Enquanto na segunda o lugar social de uma permanente vocação cidadã é a comunidade e cabe ao poder de estado uma função meramente representativa de um poder que não lhe é próprio em nenhuma dimensão. Mas, convenhamos, este é um assunto político demais para merecer mais espaço do que este em um diálogo sobre alternativas de trabalho de pesquisa social na/atr vés da educação.

Aquilo a que dei até aqui o nome de *lugar social de origem* de um trabalho qualquer, de uma prática social (como a educação), científica (como a pesquisa associada à educação), filosófica, artística, religiosa, de uma outra dimensão cultural, ou resultante da interação entre as lembradas aqui, divide-se em Boaventura de Souza Santos em três princípios de regulação da vida social: o do *mercado*, o do *estado* e o da *comunidade*. Os dois primeiros são hegemônicos no Mundo Moderno e ora se alternam, ora se enfrentam, ora se aliam como princípios dominantes e colonizadores da vida cotidiana realizada na esfera da comunidade. E é este último princípio de regulação, o *da comunidade*, aquele que pode, bem mais do que o *princípio do mercado* ou o *princípio do estado*, vir a ser emancipador.

1 Como um bom exercício de pesquisa sugiro a leitura atenta das reportagens que estão sendo publicadas nas revistas nacionais de ampla divulgação (VEJA, Isto É, Exame, Carta Capital, Caros Amigos) tendo a crise da universidade pública e o avanço geométrico das instituições e empresas de educação de nível superior no Brasil. No final de 2001 **Carta Capital** publicou uma matéria extremamente crítica sobre o assunto, sob o título: *diplomados em ganhar dinheiro*. Em direção oposta, a **Exame** de 3 de abril de 2002 publicou como matéria de capa a reportagem: *nota alta*, cuja manchete diz na página 35: *a educação já movimentava 90 bilhões de reais por ano no Brasil e deve ser o setor que mais crescerá no mundo nas próximas duas décadas. Na sociedade do conhecimento, o ensinar e o aprender abrirão uma fronteira de negócios de dimensões inimagináveis*. Mas no número de 5 de junho de 2002 **Carta Capital** retorna com a matéria: *mais desigualdade nas universidades*, cuja manchete da página 16 anuncia: *o aumento de vagas nas instituições particulares agravou a elitização. Enquanto isso, as públicas dividem-se em núcleos privilegiados e bolsões de pobreza*.

Em meu entender, as representações que a modernidade deixaram até agora mais inacabadas e abertas são, no domínio da regulação, o princípio da comunidade e, no domínio da emancipação, a racionalidade estético-expressiva. Dos três princípios de regulação (mercado, Estado e comunidade), o princípio da comunidade foi, nos últimos duzentos anos, o mais negligenciado. E tanto assim foi que acabou por ser quase totalmente absorvido pelos princípios do Estado e do mercado. Mas, também por isso, é o princípio menos obstruído por determinações e, portanto, o mais bem colocado para instaurar uma dialética positiva com o pilar da emancipação².

Colonizada e corroída ao longo dos anos pelos princípios de regulação do poder de estado e dos interesses do mercado, a comunidade, isto é, os espaços da vida e do trabalho ainda não dominados por inteiro pela lógica instrumental das relações regidas pelo poder e pelo interesse do capital, constituem espaços abertos à solidariedade e à participação. Quando Paulo Freire opunha uma *educação bancária* a uma *educação libertadora*, ele queria traçar a distância cultural, pedagógica e política entre uma esfera de criação, difusão e controle do saber regido pela lógica instrumental do interesse do mercado e uma outra esfera, regida não por um projeto político-ideológico único (atenção para este ponto!) mas por uma proposta de ruptura com o domínio das idéias e a domesticação dos imaginários através de um re-centrar o lugar do conhecimento legítimo na comunidade popular e no enlace entre o senso comum e uma ciência múltipla e ativamente emancipadora.

Não se tratava então (nos anos da criação da *pesquisa participante*) e continua não se tratando agora, de mudar somente conteúdos de ensino-aprendizagem e modernizar alguns processos didáticos, alterando apenas a capa pedagógica de algo que tem os pés plantados no chão da política. Um chão complicado, é certo, e eu mesmo não gosto muito dele. Mas, afinal, um lugar onde ficam as raízes da vida social. Pois bem, o desafio está em trabalhar, passo a passo, no sentido de deslocar o lugar de criação do conhecimento e das trocas de sentido e de valor da vida através de saberes, de significados, de sensibilidades e de sociabilidades, do domínio de regulação do estado centrado em si-mesmo ou do mercado centrado no interesse utilitário, para o domínio alternativo da comunidade. Da vida comunal, das múltiplas e interconectáveis teias de grupos humanos não colonizados pela lógica e pelos desejos do mundo dos negócios.

Eis o chão da *pesquisa participante*. Por isto eu lembrei mais acima que ela não se confunde com uma teoria científica única (nem o materialismo histórico e nem outra qualquer, tomadas em sua exclusividade excludente), com um método de trabalho. A experiência de pesquisas que entre tateios, enganos e acertos aqui e ali temos experimentado por toda a parte, em incontáveis cenários de enlace entre

² Boaventura de Souza Santos, *a crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência*, op. cit. pg. 75.

comunidades populares e educadores comprometidos no Brasil, na América Latina e em vários outros recantos do Mundo, procura ser uma aproximação a esta mudança de paradigma científico. Uma mudança de modos de pensar e saber através da qual a *educação popular* e a *pesquisa participante* podem ser consideradas como uma fecunda contribuição do Terceiro Mundo aos *paradigmas emergentes* da ciência pós-moderna anunciada, entre outros tantos, por Boaventura de Souza Santos.

E com boas razões, porque poucos outros sistemas de pensamento entre nós têm colocado desde os anos sessenta, como a *educação popular* e a *pesquisa participante*, uma ênfase tão persistente: a) no retorno a diálogo com o senso comum das culturas populares e das comunidades de excluídos; b) na ruptura com os velhos modos de pensar, de educar e de investigar a realidade fundados na lógica utilitária do mercado; c) no deslocamento do lugar social da busca de sentidos e de projetos de construção da história do poder totalitário e do mundo dos negócios para a sociedade civil e, nela, para a esfera das comunidades e dos movimentos populares, d) na construção de modelos de educação e de pesquisa fundados no diálogo e na dissolução da hierarquia de competentes desiguais em nome da interação igualitária entre co-criadores diferentes.

Coube à ciência moderna uma prolongada luta contra monopólios estabelecidos de interpretação, da família tradicional ao estado autoritário, do partido único à teocracia religiosa. No entanto, eis chegado o momento em que a ciência e a tecnologia se erigem como a ideologia progressista de nosso tempo. Ao fazerem isto elas ocupam o lugar de interesse do mercado e cada vez mais parecem sugerir que o desmantelamento das ideologias utópicas dos tempos passados (mas não tanto) deixa lugar apenas à utopia possível a ser instaurada em todo o mundo quando todo o planeta Terra estiver colonizado pelo princípio do mercado³. Um mercado globalizado, excludente e organicamente desigual ao qual devem se subordinar os estados de todas as nações e em que devem subalternamente desaguar as comunidades de todos os povos.

Ao lado de ser um instrumento de valor local, as experiências de *pesquisa participante* ou de *participação da pesquisa* em atividades de conhecimento de comunidades populares como um instrumento de trabalho pedagógico são também um esforço a mais em um processo de emancipação muito importante. A criação e o fortalecimento, em direção à autonomia e à consolidação de redes e teias sociais de confronto solidário frente ao poder de colonização do mundo do mercado, de múltiplas comunidades interpretativas. É em nome delas que as pesquisas descritas e debatidas aqui têm uma razão de ser. Em nome do esforço para criar e multiplicar grupos humanos dedicados a aprender a pensar por conta própria, e a transformar em ações de uma lenta, difícil, mas desesperadamente inevitável emancipação comunitária o que tem sido até aqui o predomínio da hegemonia monótona do

³ Gosto muito da análise feita a este respeito por Jurgen Habermas em seu escrito já citado aqui: *técnica e ciência enquanto ideologia*. já citado aqui.

mercado. Por complicado que possa parecer a primeira vista, eis como Boaventura de Souza Santos fala sobre isto:

Assim se explica que o conhecimento emancipatório pós-moderno tenha de enfrentar desde o início dois poderosos inimigos: os monopólios de interpretação e a renúncia à interpretação. O combate a ambos baseia-se na mesma estratégia: a proliferação de comunidades interpretativas. Esta estratégia, embora guiada pelo conhecimento teórico local, não é um artefacto cognitivo: as comunidades interpretativas são comunidades políticas. São aquilo que chamei neo-comunidades, territorialidades locais-globais e temporalidades imediatas-diferidas que englobam o conhecimento e a vida, a interação e o trabalho, o consenso e o conflito, a intersubjetividade e a dominação, e cujo desabrochar emancipatório consiste numa interminável trajectória do colonialismo para a solidariedade própria do conhecimento-emancipação⁴

de um olhar ao outro: a busca do diálogo, o encontro com a pessoa do outro

Bem sabemos que o que está por debaixo da polémica inacabável entre a objetividade-neutralidade quantitativa e a subjetividade-interatividade⁵ qualitativa é algo mais do que uma questão apenas epistemológica. Deixando de lado outros aspectos importantes que envolvem os pontos de vista “de um lado e do outro”, procurei aqui pensar na fronteira. Procurei ressaltar como e quando uma abordagem pode servir-se da outra e fecundar-se, fecundando-a. Deixei bem clara a minha escolha ao descrever brevemente a trajetória de minhas dúvidas, ainda não resolvidas inteiramente, e de minhas certezas sempre revisitadas e revistas. De todos os aspectos que envolvem esta e outras polémicas, inclusive aquela que coloca de um lado os praticantes de estilos interativo-qualitativos de *observação participante*, mas desconfiam ainda do todo ou de partes dos estilos interativo-qualitativo-solidários da *pesquisa participante*, escolhi apenas alguns para trazer à esta nossa mesa de diálogo.

4 Boaventura de Souza Santos, op. cit. pg. 95.

5 Que me seja permitido criar aqui esta bela e indispensável palavra: *interatividade* como um oposto à palavra corrente nos livros de métodos e técnicas de pesquisa experimental: *neutralidade*. Eu nem creio que *interatividade* seja uma palavra que não existe. Talvez ainda não esteja nos dicionários. Mas, como em tudo na vida, e nas pesquisas, a imaginação humana pode e deve sempre anteceder à norma e aos preceitos da norma culta e oficial. Milhares de palavras dos livros de João Guimarães Rosa não estão (ou não estavam) dicionarizadas. Ele as criou e toda a língua com que nos comunicamos ficou tão mais rica de imagens e de sons e de sentidos.

Um deles é a necessidade de uma revisão abrangente e corajosa de modos e modelos de trabalho na busca científico-pedagógica de conhecimentos, frente aos desafios de novos modelos de pensamento, de consciência de sentimento, de criação de novos imaginários e de novos significados (político-pedagógicos, inclusive) orientadores de nossas interações conosco mesmos, com os nossos outros, com a vida e com o próprio universo - a começar por nossa Casa-Nave Gaia, o Planeta Terra, a começar pela rua onde eu moro em Gravataí ou Alvorada. E, finalmente, e como um desaguadouro de tudo o que veio antes, uma recriação dos fundamentos de uma nova ação social de valor político capaz de semear e fazer frutificar entre nós “um outro mundo possível”.

Aos trancos e barrancos, mas a caminho, em um mundo que sonhou se justo e fraterno, igualitário e não-excludente, socialista e feliz quando um “Novo Milênio” surgisse e que é tão ou mais injusto, violento e desigual do que o de outros tempos, de qualquer modo estamos na aurora de uma era em que nos vemos frente ao desafio de reaprender a sentir, a pensar, a interagir e a criar o nosso próprio mundo. Velhos esquemas e sistemas de pensamento e de pesquisa científica vão sendo cada vez mais postos em questão. Vão cada vez mais dando menos respostas às perguntas verdadeiramente essenciais. Talvez alguns deles sobrevivam por muito tempo porque é sobre as suas bases que se ergue ainda de uma ciência e uma tecnologia úteis e submissas a projetos políticos e econômicos que tornam mercadoria todas as coisas, inclusive seres humanos como você e eu, e que ainda aportam armas sofisticadas aos exércitos e riquezas inúteis, mas cobiçadas, aos cofres do capital.

Estamos vendo diante de nossos olhos e de nossas escolhas de pensamentos e de ações, o enfrentamento agora não mais disfarçável entre modelos não apenas diferentes, mas divergentes e opostos em questões essenciais. E a primeira pergunta que devemos falar aos que defendem que, tal como a arte, a ciência não deve ter opção de imaginários e de ideologias, é sobre qual tipo de visão de mundo, de imaginário de presente e de que ideologia de criação do futuro eles estão pensando o que pensam e dizendo o que dizem. Uma outra pergunta deveria ser dirigida a todas e todos nós. Não estaremos deixando o alcance de nossos olhos e de nossas mentes confinado em um campo muito restrito da vida social, frente a tudo o que está diante de nós? Ao pensarmos, por exemplo, quais deveriam ser as nossas escolhas de projetos de educação e de propostas de pesquisas que a tornem mais crítica e mais fecunda, não estaremos presos ainda a idéias e modelos muito estreitos e em boa medida já ultrapassados? Não seria este o momento de nos abirmos sem receios – mas com toda a cautela e todo o rigor devidos a quem se lança a pesquisar qualquer coisa – a novos olhares, a novos sentimentos, a novos sentidos e a novas interações entre tudo isto e tudo o mais?

É na busca de respostas – nunca individuais, sempre solidárias, coletivas, fruto de diálogos, de encontros entre semelhantes, diferentes e divergentes⁶ - a estas e a outras perguntas que eu me interrogo sempre a respeito da outra questão sumariamente proposta aqui: de quem lugar social eu penso o que penso e falo o que eu falo antes, durante e depois de uma pesquisa? Uma pesquisa como as que estarão sendo apresentadas e refletidas ou sugeridas nas páginas seguintes.

E o outro ponto relevante aqui, vimos, é a crítica colocada frente à invenção da idéia de uma reducionista neutralidade-objetiva como estilo e vocação da ciência. Uma crítica feita a partir da evidência de que todas e todos nós, cientistas sociais “puros” ou não, educadores, participantes ativistas de alguma causa social, étnica, política ou o que seja, sentimos, falamos e interagimos com pessoas e com símbolos e significados que de um modo ou de outro representam sempre escolhas, postos de vista, imaginários e ideologias. E, qualquer que seja a nossa orientação teórico-metodológica, pesquisamos alguma dimensão da “realidade” e escrevemos algo desde as nossas investigações, sempre situados em algum tempo-lugar social. Nunca se fala ou se escreve “fora do Planeta” e “para além do Mundo”. Será fácil ver que voltarei a este ponto nos capítulos seguintes.

Um terceiro ponto é o menos visível nos livros antigos e mesmo nos livros mais atuais a respeito de pesquisas qualitativas e de pesquisas na educação. Os modelos quantitativos nos condicionam a ver “casos” (como “aluno indisciplinado”, objetos” (como “os atores sociais do sexo feminino em Belém Velho”), “números” (como “os 38% que responderam afirmativamente ao item B”) e “categorias” (como as classes sociais “A”, “B”, “C”, “D” e “E” das pesquisas dos jornais) onde, na verdade, existem e estão: pessoas. Onde há seres que são mulheres e homens, adultos, idosos, crianças, adolescentes e jovens. Pessoas cujas histórias vividas são quase sempre bastante mais humanas, profundas e sofridas do que as nossas histórias de vida conseguem captar.

E bem sabemos também que mais à esquerda dos métodos e das ideologias, de vez em quando um olhar utópico e político enxerga menos a pessoa porque também vê, mesmo depois de trabalhar com “métodos qualitativos”, a “classe social”, o “representante de classe” ou o “grau de consciência”. E, quantas vezes, depois de uma série de entrevistas que revelam tanto da intimidade de cada pessoa, reduzimos um depoimento de vida (a consciência de uma pessoa) a uma fala típica (o conhecimento sobre uma classe ou categoria social), e reduzidos a fala a um frase padrão (a informação) desligada de seu contexto e distante da pessoa que disse aquilo, dizendo tantas outras coisas mais.

⁶ *Nenhuma de nós é melhor e nem mais inteligente do que todas nós*, é uma frase de Marilyn Ferguson - uma ativista norte americana com pelo menos um livro em Português: **a conspiração aquariana** - que um dia me foi contada por Fábio Brotto, um educador criador entre nós dos jogos cooperativos. Quem sabe a mesma citação está em seu novo livro? Fábio Otuzzi Brotto, **jogos cooperativos – o jogo e o esporte como um exercício de convivência**, Editora Projeto Cooperação, Santos, 2001.

Aqueles a quem nos dirigimos são *peessoas* (como um homem solteiro e recém-chegado à comunidade, uma mulher casada e mãe de sete filhos, uma menina que estuda e também trabalha, um jovem que não sabe se é melhor seguir na escola ou “cair na rua” de uma vez), São *pares de pessoas* (como um casal), famílias nucleares (o casal e mais dois filhos), são *grupos domésticos* (a família nuclear sozinha, ou acrescida de um “pai da esposa” ou de uma “mãe do marido), são *parentelas, redes de parentesco* (a interação sócioafetiva e genética de famílias nucleares interconectadas entre parentes consanguíneos e afins), são *grupos de idade* (como as “turmas” de meninos ou de meninas, na escola ou na delícia de uma manhã clara de sol num sábado sem aulas), são *grupos de interesse* (como quando os homens da comunidade fundam um “time de futebol”), são *equipes de trabalhos* (como a de uma “turma de operários da construção civil”), são, coletivamente, *instituições sociais* (como a paróquia católica, a igreja pentecostal, a associação de amigos da Restinga ou a associação de pais e mestres de uma escola), as diferentes unidades individuais ou coletivas que compõem e configuram, entre fios e tons diferentes, a urdidura do cotidiano daquilo a que damos o nome de “tecido social”.

Mas, de qualquer modo, sempre conjuntos interativos “de” e “entre” pessoas. Sujeitos sociais, identidades étnicas ou também sociais, atores culturais (qualquer um, qualquer pessoas, e não apenas os “criadores populares de cultura”). Seres através de quem uma cultura ou uma fração diferencial de uma cultura é realizada e dada a ser vista... e investigada.

Descobrimos primeiro o sujeito e a subjetividade, na educação e na pesquisa de/sobre a educação. Estamos aprendendo agora a lidar com a inteireza do sujeito desta “subjetividade”. Estamos aprendendo a perder o temor de sermos menos confiáveis por estarmos sendo mais pessoais no modo como trabalhamos, inclusive quando investigamos isto ou aquilo. Mas é justamente no encontro o mais profundo e verdadeiro possível entre dois sujeitos da história, duas atoras sociais do cotidiano, uma professora e um estudante de sua “turma de alunos”, duas pessoas humanas, enfim, que a relação mais humanamente objetiva acontece.

Quando no encontro entre eu-e-você existe em alguma medida uma intenção de amor ou, se quisermos, de aceitação do outro em-si-mesmo e tal como ele é, então é quando em sua maior transparência o eu do outro aparece em mim e para mim. O outro é, inicialmente, um semelhante a mim: fala a seu modo a minha língua, participa a seu modo de minha própria cultura, crê a seu modo no mesmo Deus que eu; e toma no cair da tarde de uma quinta feira o mesmo chimarrão que eu. Por isto ele me atrai de início. Porque mesmo quando um distante (uma mãe-de-família da comunidade de minha escola) ela me é alguém próximo, um semelhante. Interajo aceitando o outro em meu afeto não porque ele é a minha imagem, o que seria um desejo narcísico de me ver nos outros a quem amo. Eu o aceito de maneira incondicional pelo que nele encontro de ressonância em mim. Por isso também Paulo Freire dizia sem cessar que somos todos aprendentes-ensinantes uns dos outros.

Mas eu aceito a seguir em sua diferença de mim. Na imensa maior parte dos “casos” com quem nos encontramos em uma pesquisa de comunidade, estamos diante de pessoas que não sendo nós e sendo de algum modo como nós, são também a medida visível e, em boa medida, lastimável, de nossa diferença. Não moramos no mesmo bairro e nem as nossas roupas são exatamente iguais. Nossos salários podem até não ser muito desiguais, mas os nossos modos de vida cotidiana são. E é nas chamadas “diferenças culturais” que nos acostumamos a ver o que nos torna - em uma sociedade dual e excludente como a nossa - desiguais. Falamos a mesma língua, mas não do mesmo modo e é provável que a biblioteca de minha casa tenha mais livros do que as de todas as casas da comunidade de acolhida de minha escola.

Mas é precisamente aí que nos vemos de gente para uma questão que, quando não resolvida, é o nosso dilema, e que, quando resolvida através de uma escolha amorosa (porque não?) e consciente (claro!) tornar-se a nossa própria vocação. E qual é esta questão? De saída podemos imaginar que não é a mesma questão que enfrenta uma professora de classe média (será a “B” ou a “C”?) que leciona em uma “escola particular de classe média” e convive com alunas e alunos que são como os seus filhos. Quem são as filhas e os filhos das amigas e que partilham a rua, o bairro, o clube, a igreja, o chimarrão e a escolha cultura de “tradições gaúchas”. O que temos pela rente é o fato de que apenas com uma motivação de aceitação plena e incondicional da pessoa do outro, meu/minha diferente/desigual, eu sou capaz de compreendê-la. De sentir com ele, mesmo que não sinta como ele. De saber colocarme desde o seu ponto de vista, aceitando-o no como é, como vive e como pensa e diz a mim de seu ser, de sua vida e de seus sentimentos e pensamentos.

Pois é no intervalo entre o reconhecimento da similitude e da diferença entre eu-e-ele que o diálogo torna-se possível. Mesmo quando é o diálogo da meia-hora de uma entrevista de pesquisa. No entanto, entre este “ele” da comunidade de acolhida e eu existe um dado de desigualdade sociocultural não desejada, mas real, que transforma uma diferença entre pessoas em uma desigualdade entre sujeitos de categorias sociais desigualadas. E a própria maneira como uma “conversa” entre “ele-e-eu” em uma pesquisa transcorre deixa isto bem claro.

Realizo a minha parte de uma investigação da/na comunidade porque ela é parte de meu trabalho. Mas eu participo dela para além da responsabilidade funcional porque quero acreditar que também ela é um instrumento a mais no trabalho solidário da aventura dos encontros entre pessoas vistas e vividas, de um lado e do outro, como seres a quem toca reduzir e destruir as desigualdades sociais para que não reste mais entre elas nada mais do que as desejadas diferenças de destino ou de escolhas. As diferenças culturais despojadas de qualquer valor de hierarquia, as diferenças étnicas outras.

Aprendi em meus vários encontros com educadoras e educadores do Sul (de sala-de-aula ou não, mas principalmente com as de sala-de-aula) o quanto esta questão do desafio entre um trabalho de pesquisa sócioantropológica fiel e objetiva, e uma vivência também através de uma pesquisa profundamente interativa, intersubjetiva e

peçoal está viva e pouco resolvida. Tudo isto porque na maioria dos casos havia sempre uma intenção de tornar o trabalho de conhecimento da vida cotidiana da comunidade de acolhida da escola algo que traduza a vida diária e, não apenas, os indicadores das condições sociais de vida. Tudo isso, também, porque tornar o trabalho de pesquisa da comunidade algo tão participante quanto possível tem sido sempre um desafio.

Procurando partir de situações concretas e de experiências que foram e seguem sendo vividas, meu propósito é o refletir dilemas e propor alternativas. Não se encontrará aqui método de pesquisa algum com o rosto de uma receita. Em alguns casos elas são úteis sim, e o aprendizado seguro e confiável de técnicas de trabalho científico bem fundamentado teoricamente é uma obrigação de todas as pessoas – pesquisadores de carreira ou não – que se lançam em alguma experiência de “pesquisa da realidade”. E, ao contrário do que imaginam alguns, se isto ale para as pesquisas acadêmicas, vale por igual, ou mais ainda, para as investigações onde, como ou sem uma participação direta de pessoas da comunidade pesquisada, existe uma intenção de tornar a comunidade e suas pessoas os primeiros destinatários e os praticantes ativos dos frutos, diretos ou indiretos da pesquisa.

conclusão sempre provisória: um breve rascunho entre sete sínteses

primeira

Podemos acreditar com os diversos inspiradores dos novos modelos de pensamento, dos paradigmas emergentes, que a razão de ser do pensamento e da ciência desta Era do Conhecimento não é mais, com prioridade, o criar, através de experiências de alta competência e especialização, conhecimentos tão especiais que não possam estabelecer redes de interlocução sequer com campos vizinhos do saber.

A pesquisa serve à criação do saber e o saber serve a interação entre saberes. A interação dialógica entre campos, planos e sistemas de conhecimento serve ao adensamento e ao alargamento da compreensão de pessoas humanas a respeito do que importa: nós-mesmos, os círculos de vida social e de cultura que nos enlaçam de maneira inevitável, a vida que compartimos uns com os outros e todos os seres da vida, o mundo e os infinitos círculos de realização do cosmos de que somos, nossa pessoa individual, nossas comunidades, a vida, o nosso mundo, parte e partilha.

Todo o conhecimento competente não vocacionado ao diálogo entre saberes e entre diferentes criadores de saberes – inclusive os situados fora do campo das ciências acadêmicas e dos saberes autoproclamados como cultos e/ou eruditos – não tem mais valor do que o de sua própria solidão.

segunda

Podemos acreditar no intervalo da comunicação entre os defensores dos modelos de objetivação da ciência (os herdeiros da tradição epistemológica da “física social” entre os cientistas da pessoa e da sociedade) e o defensores dos modelos de subjetividade do cientista (os herdeiros da tradição epistemológica das ciências do espírito, para quem o fundamento da sociedade é a ação humana e o fundamento da ação humana é a sua subjetividade) que, qualquer que seja o seu campo de realização e, mais ainda, de integração com outros campos de ciências e de interação com outros domínios de criação de conhecimento-valor, a pesquisa científica e o cientista devem lutar por preservar critério de rigor, de objetividade e de honesta competência em seu trabalho. Isto não deve ser contraposto ao crescendo da evidência de que tão una, totalizante, múltipla, complexa, diferenciada, previsível, incerta e conectiva quanto é qualquer plano do que chamamos (própria ou impropriamente) de “realidade”, são as diferentes alternativas de percebe-la, de investiga-la, de criar teorias de interpretação sobre ela e de buscar compreensões integrativas entre seus vários eixos de conexão. Qualquer teoria científica é uma interpretação entre outras e vale pelo seu teor de diálogo, não pelo seu acúmulo de certezas. Todo o modelo de ciência fechado em si mesmo é uma experiência de pensamento fundamentalista, como o de qualquer religião ou qualquer outro sistema de sentido fanático.

terceira

Podemos acreditar que o fosso de desigualdades e de uso de maus espelhos entre as ciências “naturais” e as “sociais” deve tender a ser um intervalo aberto e fracamente dialógico entre umas e outras. A prática do ambientalismo e as convergências de conhecimentos nas “novas ecologias” (da mais “científica” à “profunda”, à “da mente”) bem podem ser um caminho a seguir aqui. Podemos acreditar que, ao contrário do que vimos acontecer ao longo dos últimos séculos, o modelo das ciências sociais não é a boa prática das naturais. As ciências da natureza aprendem a relativizar (matemática inclusive), a pluralizar compreensões, a subjetivar métodos e a descobrir e compreender através do diálogo entre leituras e, não, através de monólogos de certezas. Tomam, portanto, um como modelo de teoria e prática, a atualidade dos dilemas das ciências humanas. Isto não significa uma inversão de domínio, pois o sentido de domínio deve deixar de existir aqui. Significa que de um lado e do outro – até não existirem mais lados, como margens que separam – o avanço da compreensão está relacionado a um progressivo e irreversível abandono das variantes do positivismo científico e lógico, da redução da compreensão à experimentação e da experimentação à manipulação de sujeitos sobre objetos. E este caminhar direcionado à construção lenta, diferenciada e progressiva de uma transdisciplinaridade, em nada significa o sonho (um pesadelo, na verdade) de uma ciência única, pan-unificadora. Não converge sequer para a criação de

uma pan-teoria geral do saber, mas, ao contrário, abre-se ao que de maneira afortunada Boaventura de Souza Santos chamou de “um conjunto de galerias temáticas onde convergem linhas d’água que até agora concebemos como objetos estanques” : Esta convergência, lembremos uma vez mais, retoma o valor e o sentido tanto das diferentes outras alternativas culturais de construção de saber e de criação de sentido e valor, incluídas aí as diferentes tradições populares e de povos testemunho.

quarta

Podemos acreditar que a finalidade do conhecimento é também a de produzir respostas às necessidades humanas. Podemos mesmo lembrar a idéia de Bertold Brecht, partilhada por tantas outras pessoas: a finalidade da ciência é aliviar a miséria da condição humana. Mas isto não significa que a ciência deva ser originalmente utilitária. Se existe uma utilidade fundamental da ciência ela está na criação e ampliação da compreensão humana a respeito dos e das integrações entre os mistérios da própria pessoa, do mundo em que ela vive, da vida em que ela e outros seres da vida se realizam e de totalizações diferenciadas em que tudo isto existe e a que converge, sem perder dimensões de sua identidade.

Mas esta abertura do valor-ciência à compreensão totalizadora, à decifração maravilhada de mistério, à descoberta incessante de novos e mais desafiadores mistérios a serem decifrados, ao aporte infinito de saberes-valores a todas as aventuras do diálogo entre pessoas e entre grupos de pessoas, povos e culturas, não deve ocultar o fato de que hoje, mais do que nunca, a sobrevivência e a felicidade cotidiana de pessoas, de grupos humanos, de povos e de nações, de toda a humanidade, no limite, têm exigências urgentes formuladas aos saberes da ciência.

Em um momento da história da trajetória humana em que a metade dos insumos empregados na indústria da morte e da guerra poderia salvar a vida de milhões de pessoas, poderia trazer um fundamento material do direito à felicidade para milhões de pessoas e poderia ser destinado a frear de fato o processo de destruição ambiental do planeta Terra e a regenerar áreas imensas já degradadas em todos os continentes, é tempo de voltarmos às perguntas e Rousseau lembrada por Boaventura de Souza Santos no começo do livro que nos tem acompanhado aqui:

Há alguma relação entre a ciência e a virtude? Há alguma razão de peso para substituímos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida e que partilhamos com os homens e mulheres de nossa sociedade pelo conhecimento científico produzido por poucos e inacessível à maioria? Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa

*sociedade entre o que se é e o que se aparenta ser, pó saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática?*⁷

quinta

Podemos aceitar que todo pensamento que imagina saber algo e que enuncia e diz o que alguém pensa, de algum modo, a outras pessoas, a outros pensadores-interlocutores, fala sempre *desde e para* um lugar social

Podemos defender a idéia de que assim como todas as outras práticas sociais, a ciência e a educação que sonhamos praticar e através das quais descobrir e ampliar *ad infinitum* sujeitos e campos sociais de diálogo criador e emancipatorio, pretendem estar falando desde o lugar social da comunidade humana concreta e cotidiana. E pretendem se dirigir a comunidades humanas de criadores da vida de todos os dias e da história que esta vida múltipla entretece e escreve.

A escolha dominante e crescentemente dominadora do saber que se cria segundo os interesses do lugar social mercado de bens, e que fala em seu nome e que se dirige não apenas a ele, mas a subordinar todos os outros campos de realização da vida e da criação da história a ele, deverá ser constituído como um plano oposto de nosso diálogo. Um plano não situado fora de nosso desejo de diálogo a partir do “lado da vida”, de que fala Walter Benjamin, pois também ele está constituído por pessoas humanas. Mas um lugar de interesses utilitários sobre o pensamento, sobre a ciência e sobre a educação cuja vocação clara ou implícita e a de reduzir pessoas a mercadorias e criações livres de pensamentos à reprodução robotizada de ordens de serviço, como se toda criação da mente e do coração humano fossem destinados apenas a isto.

sexta

Podemos pensar com Sartre. Podemos lembrar aqui uma de suas passagens mais memoráveis. Em algum lugar de *A questão do método* (não tenho comigo o original) ele, falando sobre o que é essencial na repartição da vida humana, diz isto:

O essencial não é o que foi feito do homem, mas o que ele faz daquilo que fizeram dele. O que foi feito dele são as estruturas, os conjuntos significantes estudados pelas ciências humanas. O que ele faz é a sua própria história, a superação real destas estruturas numa práxis totalizadora.

Lembremos que em Paulo Freire sempre foi cara a idéia de *práxis*. Se a recordo bem, tal como escrita tantas vezes por ele, *práxis*: um pensar dialógico e crítico a respeito de uma realidade que uma ação reflexiva - ela própria o pensamento

⁷ Op. Cit. Página 7. Lembro que Boaventura recorda que Rousseau responde com um “não” às perguntas que ele mesmo formula.

tornado atividade coletiva e subversivamente consequente - trata de transformar como e através de um processo inacabado e sempre actancial e reflexivamente aperfeiçoável ao longo da história humana. E a própria história deve tender a ser *práxis* cria e transforma. Também em Boaventura de Souza Santos o momento da superação da dicotomia, da hierarquia forçada entre conhecimento científico (o dos outros sobre nós) e o conhecimento vulgar (o nosso sobre os outros) deverá desaguar na experiência em que “a prática será o fazer e o dizer da filosofia da prática”⁸.

Para além da realização dos planos intelectuais de um sujeito de conhecimento – um filósofo, um cientista, um investigador – e para além da utilização e dos benefícios estendíveis a quem foi antes um objeto de conhecimento através de uma pesquisa, todo o trabalho consequente de investigação deve objetivar ser um passo a mais no caminho da realização humana. Deve ser alguma forma de compreensão mais alargada, mais profunda a respeito de algo não conhecido, imperfeitamente conhecido ou passível de, através de uma outra fração de conhecimento confiável e dialogável, ser incorporado a um “todo de compreensão” mais fecundo. Mais fecundo como conhecimento integrado “a respeito de” e também como possibilidade de realização do conhecimento como um projeto de transformação de algo em alguma coisa melhor. Todo o bom saber transforma o que há no que pode haver. Todo o conhecimento de qualquer ciência vocacionada ao alargamento do diálogo e à criação de estruturas sociais e de processos interativos - econômicos, políticos, científicos, tecnológicos ou o que seja - sempre mais humanizadores, integra antes, de algum modo, sujeitos e objetos em um projeto de mudança em direção ao bem, ao belo e ao verdadeiro.

Gaston Bachelard poderia não estar pensando o mesmo que eu escrevi acima. Mas foi também nele que eu me inspirei para acrescentar as idéias contida em suas palavras nas de Jean-Paul Sartre. Elas são estas.

*A verdade científica é uma predição, ou melhor, uma pregação. Convocamos os espíritos à convergência, anunciando a nova científica, transmitindo de uma só vez um pensamento e uma experiência, ligando o pensamento à experiência numa verificação: o mundo científico é, pois, nossa verificação. Acima do sujeito, acima do objeto imediato, a ciência moderna se funda sobre o projeto. No pensamento científico a meditação do objeto pelo sujeito toma sempre a forma de projeto*⁹.

Podemos fazer algo com a passagem de Jean-Paul Sartre acima. Podemos refletir sobre ela e podemos pensar como e em que medida ela pode ser um dilema

8 Boaventura de Souza Santos, op. cit. Página 10.

9 Está na pagina 18 de **O novo espírito científico**, editado pela 1968, *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro em 1968.

anteposto entre o que sabemos, o que devemos aprender a saber, o que fazemos para aprender a saber e o que fazemos com o que aprendemos a saber. Com o que, entre ainda estudantes e já professores, descobrimos que ensinamos também o que não sabemos e, então, pesquisamos.

Podemos tomar a idéia escrita de Sartre e esticá-la, se é que isto é necessário. Mas se for e se for também ouviu, um alargamento das suas palavras, quando repensadas para as artes e os ofícios que nos unem aqui, ela poderia ficar mais ou menos deste modo. Do modo como conseguir pensar o que li. E eu desafio você que me lê a partir de Sartre e de mim mesmo e ir além. E escrever a sua maneira de sentir e pensar o que ele escreveu, o que eu reescrevi e o que você poderá ousar escrever de novo.

O essencial não é o que foi feito do homem. O essencial é o que ele faz e não cessa de seguir fazendo com o que fizeram dele.

O que fizeram dele são as estruturas e os processos sociais de poder e de posse de bens, de serviços, de sentidos, de valores e dos meios através dos quais ele pode pensar e estabelecer de maneira livre e solidária situações de gerar o seu próprio aprendizado e criar o seu próprio pensamento. O que seguem fazendo dele é a reprodução sempre atualizada de estruturas de controle de mentes, de corações e de culturas. São as relações sociais fundadas por e fundadoras de relacionamentos humanos regidos pela desigualdade, pela exclusão, pela subordinação, pelo poder de qualificação de atores sociais e de atribuição desigual de sentido às suas vidas, às suas idéias, às suas ações. São os processos programados de robotização da experiência humana e de conseqüente de tolhimento da liberdade, sob a aparência de que nunca houve tanto direito à escolha autônoma¹⁰. O que fazem dele é o exercício dado por legítimo da – violência, e depois a violência que a violência original do poder e da posse entre desiguais faz existir.

O que o homem faz é o que ele cria

O que ele cria são os gestos de quando o coração e o conhecimento geram os saberes de sua condição de pessoa em busca da construção de sua liberdade. Aquilo que passo a passo ele escreve quando pensa e inscreve quando age sobre e transforma a sua experiência a experiência cotidiana, dentro e através da qual as redes e teias de pessoas que a assumem como uma criação responsável e solidária, constroem e pensam os termos de sua própria história.

Toda a pesquisa, em qualquer circunstância com esta vocação, e qualquer que seja o seu domínio de pensamento, não é mais do que um pequeno, efêmero e indispensável momento em tudo isto.

10 Principalmente no que se refere ao número de canais disponíveis nos aparelhos de televisão.

sétima

Podemos, finalmente, em nosso caso específico lembrar que o destino do conhecimento que produzimos deságua, em primeiro lugar numa comunidade cultural chamada *educação* e, a seguir, nas suas pequenas e insubstituíveis comunidades sociais chamadas escolas, salas de aulas, comunidades aprendentes.

A quem pensa esta vocação comunitária do saber, podemos lembrar com o carinho de uma despedida, o velho provérbio chinês já nosso tão conhecido.

*Se você faz planos de vida para um ano
semeie arroz.*

*Se você faz planos para dez anos
plante árvores.*

*Se você pensa planos para cem anos
edueque o povo.*

Bibliografia

Brandão, Carlos Rodrigues e Fals Borda, Orlando
Investigación Participativa
Cetrullo, Ricardo (org)
1985, Instituto Del Hombre/Ediciones de la Banda Oriental, Montevideo

D'Ambrósio, Ubiratan
Transdisciplinaridade
1997, Editora Palas Atenía, São Paulo

Diocese de Goiás
Condições de vida e situação do povo de Goiás
(oito cadernos de pesquisa)
S/d, Diocese de Goiás/UCG, Goiânia

Freire, Paulo
Criando métodos de pesquisa alternativa
In: Brandão, Carlos Rodrigues (org)
Pesquisa participante
1981, Brasiliense, São Paulo

Grof, Stanislav
O jogo cósmico – explorações das fronteiras da consciência
1999, Editora Atheneu, São Paulo

Moraes, Maria Cândida
O paradigma educacional emergente
2000, Papirus, Campinas

Popper, Karl Rudolf
Conhecimento Objetivo
1975, Itatiaia/EDUSP, São Paulo

Santos, Boaventura de Souza
Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade
Cortez Editora, São Paulo

Santos, Boaventura de Souza
A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência
2001, Cortez Editora, São Paulo

Santos, Boaventura de Souza
Um discurso sobre a ciência
Afrontamento, Porto, 2001 (12^a ed)

Santos, Boaventura de Souza
A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência
Volume I
Cortez Editora, São Paulo, 2001

Walsh, Roger e Vaughan, Frances (orgs)
Além do Ego – dimensões transpessoais em psicologia
1997, Cultrix/Pensamento, São Paulo

Walsh, Roger e Vaughan, Frances (orgs)
Caminhos além do Ego – uma visão transpessoal
1999, Cultrix/Pensamento, São Paulo